

ID: 124217216

29-07-2026

Fileira do pinho entre a eficiência industrial e vulnerabilidade da floresta

O consumo de madeira de pinho diminuiu ligeiramente em 2025, mas sem causar um corte transversal da produção industrial ou das exportações. Os maiores desafios da fileira moram na própria floresta.

DIANA DO MAR

dianamar@negocios.pt

A fileira do pinho vive um “equilíbrio desafiante”. Se, por um lado, tem “uma indústria que demonstra capacidade de adaptação”, por outro, depende de uma “floresta que continua a perder capacidade produtiva”. Este é o retrato elaborado pelo Centro Pinus que alerta que a competitividade depende, em última instância, da “capacidade de recuperar e gerir melhor a floresta”, lamentando que o mais recente inventário florestal assente em dados com mais de uma década.

À luz dos indicadores da fileira, que o Centro Pinus publica pelo 11.º ano, facultados ao Negócios, o consumo de madeira de pinho recuou ligeiramente (-5%), mas “sem que isso se refletisse numa redução transversal da produção industrial ou das exportações”.

A produção industrial de madeira serrada diminuiu 5%, enquanto a de aglomerado de partículas aumentou 2%. Já as exportações aumentaram 4% para 2.517 milhões de euros, com a fileira do pinho a entregar 40% do total de vendas ao exterior de bens das indústrias florestais. A reciclagem de resíduos de madeira cresceu pelo terceiro ano consecutivo (+8%).

Em 2025 contavam-se 8.633 empresas (+1%), representando 89% das empresas das indústrias florestais, as quais empregavam 61.153 trabalhadores, segundo a associação sem fins lucrativos, que reúne os principais intervenientes da fileira do pinho.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB), que mede o contributo para o Produto Interno Bruto (PIB), alcançou 1.890 milhões de euros em 2024, após aumentar 2%, segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), representando 60% do VAB das indústrias florestais. Já o volume de negócios foi superior a 6.000 milhões de euros.

“Estes indicadores mostram uma fileira capaz de gerar valor através de uma utilização cada vez mais eficiente da matéria-prima disponível”, realça o Centro Pinus.

É na floresta que moram os principais desafios. Se bem que “o número de agrupamentos de baldios constitui uma evolução positiva na promoção da gestão agrupada da floresta” — passou de 19 para 48 e a área abrangida subiu 58% para 186.218 hectares — 2025 voltou a ser marcado por “uma época de incêndios particularmente severa”.

Em Portugal continental ardem 270.695 hectares, 22% dos quais correspondiam a áreas de pinheiro-bravo, ou seja, o equivalente a 59 mil campos de futebol, a terceira maior percentagem da dé-

cada a seguir a 2020 e a 2017 (ambos com 30%), segundo o Centro Pinus. Um cenário que vem agravar outro fenómeno: o da “persistência de um défice estrutural de madeira”, isto é, a quantidade disponível para corte na floresta, que o Centro Pinus estima que tenha representado 46% do consumo industrial em 2025.



Sem informação sobre (...) não é possível saber até que ponto o plano de intervenção para a floresta já chegou ao terreno.

JOÃO GONÇALVES

Presidente do Centro Pinus

Quando os concursos abrem tarde e as decisões demoram vários meses, os investimentos são adiados.

CENTRO PINUS E ZERO

Comunicado conjunto



Um exemplo paradigmático foi o facto de, no ano passado, a The Navigator Company ter, pela primeira vez, interrompido a produção na unidade de pasta de Aveiro devido à escassez de madeira nacional.

Sem inventário, sem medidas e em risco de perder fundos

Os pinhais vingam com a segunda formação florestal, de acordo com o mais recente Inventário Florestal Nacional, publicado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que tem 2015 como ano de referência.

Uma atualização era aguardada em 2025, salienta o Centro Pinus que lamenta a sua ausência, quando “a competitividade da fileira depende, em última análise, da capacidade de recuperar e gerir melhor a floresta”.

“A disponibilidade de informação rigorosa e atualizada é essencial para compreender a evolução da floresta portuguesa e para fundamentar decisões de gestão, investimento e política pública”, vinca.

Essa atualização era esperada no ano em que foi aprovado o Plano de Intervenção para Floresta 2025–2050, que prevê um investimento de 6,5 mil milhões de euros.

O presidente da direção do Centro Pinus, João Gonçalves, fala de um plano “positivo”, porque “procura dar à política florestal uma orientação de longo prazo, com uma ambição à escala dos

problemas que pretende resolver” e sobre ele recai a “expectativa de continuidade para além dos ciclos políticos”, por ter sido aprovado pela Assembleia da República.

Contudo, como ressalva, “o problema é que ainda não existe um acompanhamento público e regular da sua execução”: “Sem informação sobre as ações iniciadas, as verbas mobilizadas, as áreas intervenções e o cumprimento das metas não é possível saber até que ponto já chegou ao terreno.”

E “os sinais disponíveis mostram que algumas medidas estruturantes continuam por concretizar”. João Gonçalves dá o exemplo do projeto Floresta Ativa, que “prevê apoiar 40 mil hectares por ano”, que “ainda não abriu nenhum aviso em 2026” e cuja “dotação prevista no Fundo Ambiental é manifestamente insuficiente para cumprir essa meta”.

“O plano definiu uma direção e metas importantes. Falta demonstrar, com financiamento estável, execução e prestação pública de contas que essas metas estão a transformar-se em intervenção concreta”, remata.

Outra fonte de preocupação prende-se com as verbas para a floresta da Política Agrícola Comum (PAC) que suscitaram, inclusive, uma chamada de atenção recente de que “a floresta arrisca perder novamente verbas europeias por atrasos nos apoios do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum” (PEPAC).

Pedro Brutt Pacheco



O mais recente inventário florestal está assente em dados com mais de uma década.

Num comunicado conjunto, divulgado na semana passada, o Centro Pinus e a associação ambientalista Zero alertaram para “os atrasos na operacionalização das medidas florestais do PEPAC, considerando que o atual ritmo de execução continua a comprometer o investimento na gestão da floresta portuguesa e a pôr em risco a plena utilização das verbas destinadas ao setor”.

Segundo as duas organizações, “no fim de junho continuavam por decidir todas as candidaturas apresentadas aos primeiros quatro concursos encerrados. Algumas aguardavam decisão há

quase um ano, apesar de o prazo indicativo ser de 60 dias”.

“A PAC constitui um dos principais instrumentos de financiamento da gestão florestal em Portugal. Quando os concursos abrem tarde e as decisões demoram vários meses, os investimentos são adiados, a execução das medidas permanece reduzida e aumenta a incerteza para proprietários florestais, organizações de proprietários, cooperativas e empresas prestadoras de serviços, que dependem destes apoios para planear a sua atividade”, sustentam ambas as organizações.

Este cenário não é, contudo, inédito. “Não é aceitável que, em

2024, 44% da verba que estava disponível para a floresta tenha sido realocada para outras intervenções do PEPAC, precisamente com base na expectativa

22%

ÁREA ARDIDA

Em 2025, 22% da área ardida (270.695 hectares) foi de pinheiro-bravo, ou seja, o equivalente a 59 mil campos de futebol.

de baixa execução, uma situação que em nada contribui para os objetivos traçados para o Plano de Intervenção para a Floresta”, concluem.

Para João Gonçalves, o ponto de viragem acontecerá quando “a floresta deixar de ser encarada apenas como um problema para passar a ser reconhecida e valorizada como uma das soluções para os grandes desafios do país”.

“Precisamos dela para produzir madeira e resina que substitui materiais de origem fóssil, como o plástico, para construir edifícios mais rapidamente e com menor pegada carbónica, para armazenar o carbono em

excesso na atmosfera, prevenir cheias e conservar a biodiversidade e o solo. E a sociedade beneficia de todos estes serviços, mas o proprietário florestal continua a ser remunerado quase exclusivamente pela venda da madeira, muitas vezes apenas décadas depois de realizar o investimento”, aponta.

Neste sentido, defende, “a política pública pode fazer a diferença — não substituindo o mercado, mas complementando-o” até porque “hoje existe disponibilidade de capital para investir na floresta, mas falta criar as condições para que esse investimento aconteça”. ■

ID: 124217216

29-07-2026

SUSTENTABILIDADE 20|30

Fileira do pinho entre a eficiência industrial e a vulnerabilidade da floresta

P. 24 e 25